

# O RACISMO RELIGIOSO E A CRIAÇÃO DO COMITÊ ESTADUAL AMAPAENSE PELA DEFESA DA LIBERDADE RELIGIOSA

**Handerson Joseph<sup>1</sup>**

**Marcos Vinicius de Freitas Reis<sup>2</sup>**

---

Em agosto de 2019, no dia da abertura dos festejos do Glorioso São João no Terreiro do Pai Salvino, em Macapá, enquanto participávamos com um grupo de aproximadamente 20 estudantes e professores de cursos de graduação e de pós-graduação da Universidade Federal do Amapá (Unifap)<sup>3</sup>, depois da procissão e do início dos cânticos e das danças, ouvimos barulhos altos. Era um grupo de fiéis de uma Igreja Evangélica que usava caixas de som e microfones, e gritavam “coisas do demônio”. Faziam orações de exorcismos, cantavam músicas evangélicas e atiravam pedras no

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF)/Unifap ([handersonj\\_82@yahoo.es](mailto:handersonj_82@yahoo.es)).

<sup>2</sup> Professor da Unifap, realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF) ([marcosvinicius5@yahoo.com.br](mailto:marcosvinicius5@yahoo.com.br)).

<sup>3</sup> Os relatos apresentados neste texto são frutos do estágio pós-doutoral de Marcos Vinicius sob a supervisão do Handerson Joseph. O projeto tem por objetivo analisar o racismo religioso no Terreiro do Pai Salvino durante a festa do Glorioso São João, uma das principais atividades religiosas realizadas pelo terreiro anualmente, no mês de agosto. O terreiro foi fundado na década de 1980, em Macapá, um dos principais centros religiosos de Candomblé do estado do Amapá.

telhado do terreiro, que culminou na queda de pedaços que por pouco não machucaram pessoas que estavam na festa. As lideranças do terreiro saíram e conversaram com os evangélicos e, depois de muito diálogo, as atividades proselitistas cessaram e os festejos puderam prosseguir.

Relatos como estes ilustram as situações de racismo religioso vivenciadas por praticantes das religiões de matriz africana, protagonizadas por lideranças pentecostais ou neopentecostais que têm aumentado de forma exponencial no Brasil (SILVA, 2007). Não são exceções narrativas de praticantes afro-religiosos que foram agredidos e apedrejados nas ruas, os terreiros de Umbanda e Candomblé queimados e suas imagens quebradas, além de outras formas de discriminação, violência física e ideológica que ferem a liberdade religiosa. Fica evidente que aquilo que chamamos de intolerância religiosa é um microcosmo do racismo sistêmico enraizado na estrutura social brasileira.

Do ponto de vista jurídico, tal realidade se enquadra no crime de intolerância religiosa, artigo 208 do Código Penal Brasileiro, que abarca as seguintes transgressões: “escarnecer de alguém publicamente por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso”. Além do mais, o artigo 5º da Constituição Federal prevê que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e às suas liturgias”. No entanto, há uma diferença entre o que diz a Lei e o que observamos na prática; por vezes, as denúncias de crimes de racismo e de intolerância religiosa são menosprezadas pelas autoridades policiais e judiciais.

2

Independentemente disso, em 2019, o Terreiro do Pai Salvino protocolou uma ação judicial no Ministério Público do Estado do Amapá (MPAP) contra o referido crime de racismo religioso. No decorrer do processo, foi organizado um seminário promovido em parceria com o MPAP, a Unifap e as lideranças religiosas do estado do Amapá<sup>4</sup>. Nessa ocasião, contamos com o Prof. Msc. Rodrigo Vitorino Souza Alves (UFU) para discutir questões associadas à religião e ao direito com ênfase na questão da laicidade no Brasil. Lideranças católicas, evangélicas, espíritas, bruxos, judeus, daimistas, ateus e outras correntes religiosas relataram situações em que sofreram intolerância religiosa.

O seminário iniciou-se no período da tarde com o credenciamento dos participantes. Logo após, tivemos o cerimonial de abertura com as seguintes representações: promotora de justiça Fábiana Nilci Santana de Souza (CAOP-Cid); professor Marcos Vinícius (Cepres-Unifap) e a representante Alzira Nogueira da Promotoria de Defesa dos Direitos Constitucionais. Na sequência das atividades, houve apresentação cultural de grupos de marabaixo. Às 16 h o Prof. Rodrigo Alves proferiu a palestra intitulada “Construindo a laicidade na Amazônia”, o evento tendo sido finalizado com uma reunião

---

<sup>4</sup> O Ministério Público do Amapá (MPAP), por meio do Centro de Apoio Operacional da Cidadania (CAOP-Cid) realizou no dia 28 de novembro de 2019, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, bairro Araxá, o “I Seminário Pela Promoção da Liberdade Religiosa e Laicidade no Estado do Amapá”.

com as Lideranças Religiosas e as Organizações da Sociedade Civil para o planejamento das atividades do Comitê pela Liberdade Religiosa no Amapá.

Antes desse seminário, logo depois dos festejos de São João mencionados no início, houve uma reunião com os membros do Terreiro do Pai Salvino, quando organizamos o evento “Relatos sobre Intolerância Religiosa e Racismo Religioso na Amazônia”, que contou com a presença do Prof. Dr. Babalorixá Ivanir dos Santos (UFRJ). O evento ocorreu em uma manhã de sábado nas dependências do Terreiro do Pai Salvino. A mesa de abertura contou com representantes do Ministério Público do Estado do Amapá, autoridades políticas, e docentes representando as instituições de ensino superior do estado do Amapá. Em seguida, o Prof. Dr. Babalorixá Ivanir dos Santos (UFRJ) fez uma palestra relatando episódios de sua vida em que sofreu racismo e intolerância religiosa. O palestrante também informou ao público presente as atividades desenvolvidas por ele no município do Rio de Janeiro (RJ) no combate à discriminação religiosa, e reforçou a necessidade de reunir outros grupos religiosos e não religiosos na construção de espaços institucionais e da sociedade civil para o desenvolvimento de ações para a defesa da liberdade religiosa.

Houve, então, a reunião com as lideranças dos mais variados segmentos religiosos e não religiosos na biblioteca da Unifap, com o intuito de criar, a partir da sociedade civil, um observatório dedicado à defesa da laicidade a fim de estabelecer o diálogo inter-religioso e exigir políticas públicas para combater o racismo religioso. A reunião ocorreu no dia 28 de junho de 2019. O Prof. Dr. Babalorixá Ivanir dos Santos salientou que o estado do Amapá é uma das poucas regiões do Brasil que não têm um conselho, um comitê, uma organização da sociedade civil que discuta de forma orgânica o tema da liberdade religiosa.

O Babalorixá Ivanir já tinha vindo a Macapá para participar da “IV edição da Caminhada das Bandeiras”<sup>5</sup>, realizada pelos praticantes de religiões de matriz africana com o apoio da Prefeitura de Macapá e do governo do estado do Amapá. Na caminhada de 2 km, as pessoas se vestem de branco, simbolizando a paz, e muitos carregam cartazes pedindo o fim da perseguição dos terreiros de Umbanda e de Candomblé. Geralmente, o evento termina na Praça Floriano Peixoto, no centro de Macapá, com relatos de lideranças das referidas religiões acerca de racismo e da intolerância religiosa que viveram nos últimos anos.

Os seminários inspiraram as lideranças religiosas, que solicitaram que a Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes (SEAFRO) intermediasse junto ao governo do estado do Amapá a criação de um Comitê Estadual Amapaense pela Defesa da Liberdade Religiosa, visando elaborar políticas públicas de combate ao racismo religioso e à intolerância religiosa.

---

<sup>5</sup> A “Caminhada das Bandeiras” é uma iniciativa das lideranças das religiões de matriz africana do estado do Amapá, que é realizada todos os anos no dia 21 de janeiro, Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei nº 11.635/2007. Também é conhecido como o Dia Mundial da Religião, data criada em dezembro de 1949.

No início do ano de 2020 foram realizadas algumas reuniões com representantes de várias religiões, com a participação da Unifap, da SEAFRO e de outros atores da sociedade civil para discutir a criação do Comitê. Entretanto, com o início da pandemia, as atividades para a sua criação foram suspensas. Enquanto o Comitê não é fundado oficialmente, o Conselho de Igualdade Racial da SEAFRO se responsabiliza pelo acompanhamento das situações em curso e de outras ações relacionadas ao racismo religioso no estado do Amapá.

Nos anos de 2019 e 2020, tivemos encontros e atividades com a Ordem dos Advogados do Brasil, sessão Amapá, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Macapá, as Secretarias Municipal e Estadual de Educação de Macapá para realizar seminários e criar comitês pela laicidade que integram suas estruturas institucionais.

No dia 21 de janeiro de 2020 não houve a tradicional Caminhada das Bandeiras, mas sim a organização de uma mesa redonda intitulada “Combate ao Racismo Religioso”, realizada nas dependências da Universidade do Estado do Amapá. O evento foi estruturado pela Unifap e pelo movimento Juventude de Terreiro. Nesse dia, contamos com a participação de lideranças de matriz africana, que relataram episódios de racismo religioso, e com a representante Alzira Nogueira do Ministério Público do Estado do Amapá. Novamente se reforçou a necessidade da criação do comitê estadual para o combate à intolerância religiosa.

4 Neste ano de 2021, em decorrência da pandemia ocasionada pela COVID-19, as atividades foram realizadas através dos meios virtuais. No dia 21 de janeiro tivemos o seminário “Desafios da liberdade religiosa para 2021”, que foi transmitido pelo canal do YouTube do Observatório de Liberdade Religiosa (OLIR). O evento foi organizado pela Unifap, a Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-DF e a Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-AM. Os palestrantes foram: Dra Adriana Azevedo (representante da UJEVAM), Prof. Msc. Diego Omar (UEA), Dr. Anderson Fonseca (OAB-AM), Dra. Damaris Moura (deputada estadual PSDB-SP), Dr. Danilo Porfiro (OAB-DF), Dr. Samuel Lima (Organização Brasileira de Liberdade Religiosa e Cidadania) e Dra. Jailene Bessa (presidente da Comissão de Direito à Liberdade Religiosa da OAB-AM).

Nessa mesma direção, para reafirmar o comprometimento da Universidade como instituição pública na luta contra as desigualdades e discriminações de diversas formas, e o engajamento de professores e estudantes na vida social, no final de 2019 e no início de 2020 realizamos atividades de pesquisa e de extensão com os acadêmicos dos cursos de graduação em História, Ciências Sociais, Medicina, Fisioterapia, Relações Internacionais e de Pós-Graduação dos Cursos de Mestrado em História e em Estudos de Fronteira, fazendo visitas e trabalho de campo no Terreiro do Pai Salvino e apresentando aos acadêmicos as práticas religiosas de matriz africana. Estes acadêmicos tiveram conhecimento dos eventos de racismo e de intolerância religiosa, e alguns os tomaram como foco para desenvolver trabalhos de pesquisa e de extensão, buscando combater o racismo religioso.

É importante observar que, no Amapá, como formas de resistência e de reivindicações político-religiosas, nos últimos dois anos foram concretizadas várias ações públicas, políticas, educacionais e acadêmicas que procuraram transformar e superar a violência religiosa endêmica. Tais ações foram veiculadas nas mídias locais (rádios e TVs), tendo as lideranças afro-religiosas como agentes protagonistas e contando com a contribuição da sociedade civil, dos órgãos governamentais (municipal e estadual), jurídicos e universitários. Todavia, como destacado no início deste texto, atos de racismo religioso continuam ocupando o mundo social e a paisagem amapaense. Por esta razão, torna-se crucial a criação do Comitê Estadual Amapaense pela Defesa da Liberdade Religiosa, e de outros, notadamente nas estruturas dos órgãos públicos, jurídicos e de segurança pública, como delegacias policiais, em diferentes escalas, para formular políticas públicas capazes de confrontar o racismo religioso endêmico.

### **Referências**

SILVA, Vagner Gonçalves. **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.